

HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO

A REVOLUÇÃO
E AS FRENTES
INTERNA E EXTERNA

1965

HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO

A REVOLUÇÃO E AS FRENTES INTERNA E EXTERNA

*Discurso pronunciado pelo Presidente
Humberto de Alencar Castello Branco,
no Palácio do Karnak, em Teresina, a
28 de maio de 1965.*

1965

BASTARIAM as amáveis palavras de Vossa Excelência para que sentisse estar entre a gente do Piauí, tão simples, tão forte e tão acolhedora. Prova de que através do tempo, e possivelmente graças ao relativo isolamento em que permaneceu no interior do país, conservou as mesmas virtudes que lhe têm permitido enfrentar com extraordinária bravura e dignidade condições rudemente adversas.

Hoje, no entanto, dados os elementos que nos oferecem a ciência e a técnica, não podemos deixar de trabalhar para que, embora preservando aquelas magníficas qualidades, inclusive o arraigado amor à terra, logremos mudar profundamente a fisionomia econômica e social desta região do Brasil.

Na realidade, porém, é impossível considerar isoladamente qualquer dos múltiplos problemas que assoberbam o país, ou mesmo aquilatar qual o de maior magnitude, tanto uns e outros se entrelaçam, num sistema de interde-

pendência. E isso não apenas em relação aos de ordem interna, mas também aos que se situam no campo externo, é de profunda repercussão em tôda a vida do país.

No particular, não podemos omitir o que se nos deparou recentemente com a solicitação da Organização dos Estados Americanos no sentido de enviarmos tropas em missão de paz à República Dominicana. Em boa hora tanto o Senado quanto a Câmara dos Deputados, por expressiva maioria dos seus membros, compreendeu não somente a obrigação internacional assumida, mas também a necessidade de assegurarmos a sobrevivência da democracia naquela República. Era realmente o nosso dever, pois, além de constituir compromisso com aquela comunidade continental, a nossa atitude traduz a consciência de que a uma grande nação como o Brasil assistem também grandes responsabilidades na preservação do Continente, na luta insidiosa e implacável do comunismo, que, disfarçado sob mil faces, tenta subverter as liberdades democráticas. Já não podemos ser indiferentes à sorte de nossos vizinhos, nem cruzar os braços ante a violência das agressões externas por via interna. Cada frente de subversão é ameaça à nossa retaguarda e põe em jôgo a liberdade de todos os povos. Hoje ela se abre no Caribe. E ninguém duvida de que,

se lograsse firmar-se aí, não tardaria em escolher e atacar uma nova vítima.

Portanto, se não desejarmos ser surpreendidos aqui dentro de casa — e êsse é um dos compromissos da Revolução — cumpre-nos impedir a solerte escravização dos dominicanos. Êstes, do mesmo modo que devem ser livres na autodeterminação do seu destino e na escolha do seu Governo, precisam ser defendidos contra um inimigo multiforme, que domina para em seguida transformar as ilusões em regimes de arbítrio e violência. É o que se vai evitar em São Domingos, graças, em parte, à autorização do Congresso Nacional, que, acorde com as mais antigas e melhores tradições do Brasil, nos permite preservar a Liberdade além de nossas fronteiras, de modo a podermos conservá-la em nosso próprio território.

Contudo, na luta que nos é imposta para conservarmos a democracia, não basta essa compreensão de referência aos nossos deveres e necessidades internacionais. É também tanto ou mais importante que a frente interna da democracia não seja comprometida por aquêles que, em vez de buscarem cumprir suas missões especiais ou normais, pretendem, na realidade, transformar-se numa fôrça autônoma, que será perniciosa e inadmissível para alcançarmos os objetivos da Revolução. Não importa estarem

animados de patrióticas intenções, pois a verdade é que, em vez de ajudarem a fortalecer e consolidar o regime, contribuem para abrir brechas em áreas que deveriam ser pilares da nossa democracia. Em lugar de ajudar, desviam esforços, acarretando desconfiança quando melhor seria carrear mais confiança para o regime. Tudo isso, certamente, por estarem esquecidos de que a justiça ou aperfeiçoamento que desejam decorre inevitavelmente de um sistema, e jamais de impulsos isolados, que dividem, quando deveriam somar.

Devo, porém, afirmar que o Governo não se submete a qualquer desvio de autoridade. E o faz não apenas por julgar do seu dever, mas também porque a opinião pública não deseja agitação, seja no seio do Governo, seja entre aqueles inconformados por não estarem no gozo do poder. O povo quer ordem jurídica; quer eleições; quer o legítimo exercício da autoridade pelos governantes; quer sentir o apoio das Fôrças Armadas coesas, para o rápido soerguimento do país. E essa é a orientação seguida inflexivelmente pelo Governo, dentro dos seus deveres e prerrogativas.

Também não devemos omitir aqueles que tentam fazer proselitismo à custa das facilidades da ilegalidade, ou de um regime de fôrça, no qual seria talvez inicialmente cômodo mer-

gular a nação, mas bem custoso fazê-la voltar à normalidade legal e democrática, sem dúvida a melhor concepção de vida para os brasileiros. Aos que não têm as responsabilidades do Governo e as naturais dificuldades da administração, é certamente frutuoso acenarem com os atalhos do arbítrio ou da violência, tão sedutores à primeira vista, mas na realidade bem cheios de incertezas e perigos. Não acreditamos, porém, que o povo esteja inclinado a pagar tão alto preço. E é justamente para o não pagar que nos temos esforçado, e em boa hora com a plena compreensão e colaboração do Congresso Nacional, para alcançar leis que, sem deixarem de se aplicar a todos os brasileiros, sem distinção, permitam à Revolução prosseguir o árduo trabalho de reorganização, moralização e democratização do Brasil. Esperamos fazer, assim, dentro da lei, o que outros, por convicção ou mera conveniência política, imaginam ser bem melhor, ou mais fácil, realizar-se mediante a supressão de garantias legais e judiciárias. Esse não será o nosso caminho, pois não é o caminho da Revolução.

O que não exclui ser imperioso atualizarmos a nossa legislação, adaptando-a às necessidades da nossa segurança. Até porque somente um conjunto de leis adequadas ao nosso tempo e às suas circunstâncias permitirá a confiança

e o fortalecimento das instituições. Vencidos os tristes dias vividos pelo país, é imprescindível tentarmos criar condições legais que não permitam retrocedermos a uma fase que estêve a pique de nos levar ao caos político e financeiro.

Assim, ao solicitar do Congresso Nacional a aprovação de normas compatíveis com os nossos dias, o Govêrno reafirma a determinação no sentido de se apoiar na ordem legal, única que proporcionará ao país a tranqüilidade necessária para se refazer dos males que o assaltaram. Após mais de um ano, em fase particularmente difícil, e quando numerosos fatores poderiam conduzir-nos à violência, bem deveis ter a certeza de que o Govêrno não se entrega a qualquer excesso, nem a desmandos. E também que não os permitirá, pois espera ter nas leis e na Constituição e no Ato Institucional os elementos indispensáveis à defesa dos elevados ideais da Revolução, supremo objetivo de todos nós.

Isso significa também ser determinação do Govêrno não transigir ou condescender com atitudes ou tentativas contra-revolucionárias. Equivocam-se, pois, os que imaginam o contrário, e talvez por isso se engajem nessa cadeia de pronunciamentos, visivelmente encomendados e coordenados com a finalidade de enganar e perturbar a opinião nacional. Esta, no

entanto, não se deixará iludir, pois o que almeja é implantar no Brasil os princípios, ideais e aspirações do grande movimento revolucionário de 31 de março.

Quem não percebe os objetivos dos rumôres surgidos aqui e ali em tôrno da anistia e das revisões? É outro engano dos que esperam tão cedo, e através do sentimentalismo e da violência, alcançar as suas finalidades anti-revolucionárias. Fieis à Revolução, não nos deteremos diante dêsses apelos, antes de tudo inoportunos. Até porque não seria compreensível, nem admissível, que, não havendo ainda terminado a institucionalização dos seus objetivos, cuidasse a Revolução de abrir mão da garantia e da segurança inseparáveis da sua continuidade.

Dentro dessas arraigadas concepções, bem sei não ter legitimidade para criar — como por vêzes têm assoalhado os eternos semeadores de falsas notícias — um nôvo Ato Institucional. Outrossim, ninguém, nem mesmo órgão algum, poderá, nas circunstâncias atuais, julgar-se com podêres ou competência para alterar ou suprimir o que foi solenemente prescrito no Ato Institucional de 9 de abril de 1964.

O que almejo é o apoio dos brasileiros. Apoio de que necessitamos, principalmente, para levar a bom têrmo a ingente tarefa de assegurar ao país, dentro da liberdade e sob a égide das

leis, as grandes obras de que precisa como condição inseparável da estabilidade social e política.

Aqui mesmo no Nordeste ninguém ignora que terríveis condições de miséria transformaram uma região outrora tranqüila num dos pontos mais inquietos do país. Urge proporcionar-lhe os meios adequados para que encontre os caminhos da prosperidade.

Nem outra, aliás, tem sido a preocupação do atual Governo, que, apesar de contar pouco mais de um ano, já pode creditar no seu acervo assinalados empreendimentos em todo o Nordeste. Tudo a obedecer um programa perfeitamente delineado, e que se irá desdobrando progressivamente, num seguro esforço no sentido de proporcionar aos nordestinos novas e melhores condições de vida. Assim, somente em 1964, foram liberadas, para obras de eletrificação, verbas num total superior a dez bilhões de cruzeiros. As rodovias destinaram-se mais de três bilhões; e em serviços de água e esgoto empregaram-se um bilhão e seiscentos milhões de cruzeiros, além de convênios que se elevaram a um bilhão e cem milhões de cruzeiros. E mais de mil bolsas de estudos foram concedidas.

Se alinho êsses números pertinentes ao Nordeste, é porque a superação das deficiências

econômicas em cada qual dos Estados que o compõem há de pressupor, inevitavelmente, a implantação de condições propícias ao desenvolvimento em tôda a região. Não poderemos planejar com êxito se não o fizermos de modo global, considerando o Nordeste como um todo, que será impossível separar sem o risco de graves inconvenientes. Dai, aliás, a importância da SUDENE, na qual tem o Govêrno o seu principal meio de ação, e que as administrações anteriores haviam comprometido gravemente ao querer transformá-la num instrumento político de subversão.

Agora, com o plano do Govêrno, pode ela planejar e encetar uma obra grandiosa de recuperação do Nordeste, vencendo, inclusive, os fortes fatores que tanto dificultam o processo de mudanças, e dentre os quais seriam de assinalar o problema das sêcas, a emigração das poupanças, a inadequada exploração da terra e as deficiências da comercialização, transportes e financiamento da produção.

Na realidade, considerada a escassez de recursos por parte dos Estados e Municípios, caberá à União corrigir, não através de investimentos historicamente assistenciais, mas mediante a ação executiva dos órgãos de administração direta, o panorama econômico da região. Correção que em boa parte será realizada com

a abolição da monocultura da produção agrícola, como ocorre com a cana-de-açúcar e a canaúba, em Pernambuco e no Piauí, respectivamente; e pela produção de gêneros alimentícios para o mercado interno, sobretudo nas áreas úmidas ainda ocupadas pelo plantio de matérias-primas. Do mesmo modo que deverão ser criadas condições de infra-estrutura para a industrialização, inclusive substituindo a ação inarmônica e concorrente das administrações públicas pela sua integração numa programática regional.

Bem vêdes, pois, o esforço ciclópico que está a reclamar e a exigir o ambicioso programa de mudar definitivamente a fisionomia do Nordeste, que deverá emergir das condições de pauperismo e sofrimento, que até bem pouco se diria maldição da natureza, para se integrar no progresso e no bem-estar já usufruídos por outras regiões do país.

Mas, se já vos disse alguma coisa do Nordeste, grato me é falar-vos do Piauí, com o qual bem sabeis quanto são profundos os meus vínculos afetivos. De fato, dentro do conjunto nordestino não se tem o Governo esquecido do Piauí, que deve começar a sentir haver passado a época em que era, realmente, uma região inteiramente esquecida pela administração federal. Não vale a pena, porém, revolver o pas-

sado; devemos, sim, ter os olhos voltados confiadamente para o futuro.

Amanhã, por exemplo, terei o privilégio de dar início às obras do desvio do Parnaíba, que deixará em breve de ser apenas a nossa grande e bela via fluvial para transformar-se em fonte poderosa de energia. Refiro-me à barragem de Boa Esperança, que representará para o Piauí e o Maranhão papel idêntico ao de Paulo Afonso para as demais áreas do Nordeste. Contudo, embora seja êsse o empreendimento isolado de maior significação, em muitos outros setores é possível perceber nitidamente a presença do Governo Federal. Para citar apenas alguns índices relativos ao Ministério da Viação, nas obras que, em 1965, deverá efetuar no Piauí, lembrarei que ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem estão reservados 360 milhões a serem aqui empregados. No seu sistema de açudagem deverá o Departamento de Obras Contra as Secas despende quase sete bilhões de cruzeiros. A ligação ferroviária entre Oiticica e Teresina absorverá um bilhão e meio. E, incluindo o sistema de esgotos de Teresina, despende o Departamento de Saneamento cerca de 400 milhões de cruzeiros.

Também o Ministério da Saúde tem um largo programa cujo custo ascenderá a mais de quatrocentos milhões de cruzeiros. E o Minis-

tério da Educação, prosseguindo na mesma diretriz do ano passado, amplia substancialmente as verbas do Piauí. O que decorre, aliás, da convicção em que estamos de que qualquer plano de desenvolvimento será perdido se não puder contar, paralelamente, com acentuado progresso das bases educacionais. Ou melhor, não há progresso sem educação. Assim, ao passo que, em 1963, haviam sido liberados, pelos Fundos de Educação Primária e do Ensino Médio, 242 milhões, teve o Piauí, em 1964, 576 milhões. E a dotação prevista para 1965, excluindo o salário-educação, que deverá montar a 60 milhões, eleva-se a mais de dois bilhões de cruzeiros, isto é, quatro vezes mais do que no ano passado. E isso sem mencionar os convênios diretamente firmados com as Prefeituras, que totalizaram, em 1964, mais de cem milhões de cruzeiros.

Creio, pois, não haver exagerado ao afirmar que o Piauí deixará de ser um recanto esquecido do Brasil. Hoje — e é com satisfação que o digo — participa, em igualdade de condições com todas as demais unidades da Federação, dos esforços que o país despende no sentido de sanar desigualdades, que são inevitáveis nas fases de desenvolvimento de qualquer país. Não as devemos, pois, censurar, e, sim, evitá-las, na medida de nossas possibilidades. E é a essa

tarrafa que o Govêrno se está dedicando consciente e corajosamente.

Ao renovar os meus agradecimentos pela maneira por que me recebeis, quero assegurar aos piauienses que, após tantos e tão longos anos de sofrimento e abandono, êles devem ter motivos para, confiantes, divisar o futuro, no qual podem perceber alguma cousa que muitos haviam perdido: a esperança.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
1965